

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

DIVISÃO REQUISITANTE: Eficiência Energética e Mecânica **SOLICITAÇÃO DE COMPRAS: Nº 1264/2026**

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção e locação de transformadores de potência a óleo, bem como manutenção de transformadores a seco, destinados às unidades e próprios do Departamento Autônomo de Água e Esgotos – DAAE de Araraquara., indicados no Anexo IV – Locais e Equipamentos.

As condições técnicas detalhadas, incluindo fornecimento de materiais, critérios de execução dos serviços, substituição de componentes e exigências operacionais, encontram-se estabelecidas no **APÊNDICE I – Materiais, Serviços e Quantitativos**, parte integrante deste Termo de Referência, sendo de observância obrigatória pelas licitantes.

Os serviços contemplam manutenção corretiva, revisão técnica, ensaios, reparos, substituição de componentes, tratamento de óleo isolante, instalação, retirada, transporte e demais serviços correlatos, além da locação de transformadores a óleo para atendimento emergencial ou substituição temporária durante períodos de manutenção.

A contratação abrangerá transformadores com as seguintes potências:

- **Transformadores a óleo:** 15 kVA, 75 kVA, 112,5 kVA, 150 kVA, 225 kVA, 250 kVA, 300 kVA, 500 kVA e 750 kVA.
- **Transformadores a seco:** 500 kVA, 750 kVA e 2.500 kVA.

Os serviços serão executados **conforme demanda**, nas instalações pertencentes ao DAAE, garantindo o adequado funcionamento dos sistemas elétricos das unidades operacionais.

1.1.1 Os serviços somente serão executados mediante solicitação formal da Administração, por meio de ordem de serviço ou instrumento equivalente, não havendo obrigatoriedade de contratação integral ou mínima dos quantitativos estimados.

Os quantitativos constantes neste Termo de Referência possuem caráter **meramente estimativo**, destinando-se exclusivamente à padronização de preços e à formulação das propostas, não gerando direito subjetivo à contratação.

1.1.2 A execução dos serviços compreenderá, quando demandada, a disponibilização de mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas, EPIs e EPCs necessários, bem como transporte, carga e descarga, retirada e reinstalação dos equipamentos no local de operação, **sem caracterizar prestação de serviço de natureza continuada, nem dedicação exclusiva de mão de obra**.

1.1.3 A vigência refere-se exclusivamente à Ata de Registro de Preços, sendo que a efetiva contratação dependerá da necessidade, conveniência e oportunidade da Administração, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

1.2 – Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 – O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/21. Os contratos dela decorrentes terão vigência definida no instrumento contratual.

1.4 – O serviço é classificado como não continuado, sendo executado sob demanda, conforme necessidade da Administração.

1.5 – O contrato ou outro instrumento oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 – A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 – A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 – Não será admitida a execução de serviços em desacordo com os critérios técnicos estabelecidos no Apêndice I, sendo passível de glosa integral da medição.

4.2 – SUBCONTRATAÇÃO

4.2.1 – vedada a subcontratação do objeto principal, admitindo-se serviços acessórios mediante autorização.

4.3 – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.3.1 – A Contratada deverá garantir a qualidade dos serviços de manutenção preventiva e corretiva executados, bem como das peças e materiais eventualmente substituídos, responsabilizando-se por vícios, defeitos ou falhas decorrentes da execução inadequada.

4.3.2 – O prazo mínimo de garantia dos serviços será de 90 (noventa) dias, contados do recebimento definitivo, salvo prazo superior previsto pelo fabricante da peça substituída.

4.3.3 – As peças aplicadas deverão possuir garantia mínima conforme a oferecida pelo fabricante, não podendo ser inferior a 90 (noventa) dias, devendo a Contratada substituir, sem ônus para a Administração, aquelas que apresentarem defeito nesse período.

4.3.4 – Durante o prazo de garantia, a Contratada deverá refazer os serviços ou substituir as peças defeituosas no prazo estabelecido pela fiscalização, sem custos adicionais para o DAAE.

4.4 – VISTORIA

4.4.1 A vistoria técnica é facultativa e destina-se ao conhecimento prévio dos locais de execução.

4.4.2 A não realização da vistoria não poderá fundamentar alegações futuras de desconhecimento das condições locais.

4.4.3 - Os licitantes **poderão** conhecer os locais onde serão prestados os serviços, bem como as dificuldades existentes. A visita poderá ser realizada até 01 (um) dia útil anterior à data da sessão. Esta visita técnica deverá ser

agendada junto a Divisão de Eficiência Energética e Mecânica, junto ao setor responsável, no horário das 09h00min às 15h00min, através do telefone (16) 3324 9569, com apresentação da devida identificação.

4.4.4 – Caso o licitante opte por não realizar a visita técnica, deverá preencher a DECLARAÇÃO QUE DISPENSA A VISITA TÉCNICA.

4.4.4.1 – A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.4.5 – A apresentação do atestado de visita técnica ou da declaração de dispensa será exigida na fase de habilitação, não podendo sua ausência implicar desclassificação automática, desde que comprovada a capacidade de execução.”

5. MODELO DE CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A execução será sob demanda.

5.2 Forma de Execução dos Serviços

A locação de transformadores deverá atender às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência e no Apêndice I, compreendendo equipamentos na faixa de 15 kVA a 750 kVA, devidamente testados, com óleo adequado e prontos para operação

Os serviços poderão contemplar manutenção, ensaios, transporte e locação de transformadores.
Parágrafo único – A locação de transformadores deverá observar as seguintes condições:

- a) Prazo mínimo de locação de 30 (trinta) dias;
- b) Responsabilidade integral da contratada pelo funcionamento;
- c) Substituição em até 24 horas em caso de falha;
- d) Manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada;
- e) Custos de transporte e instalação inclusos.

Todos os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados e de acordo com normas técnicas aplicáveis.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO

6.1 Execução sob demanda.

6.2 Prazos máximos:

- a) Emergencial: até 24 horas;
- b) Normal: até 5 dias úteis.

7. MEDIÇÃO E AFERIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 A medição dos serviços será realizada por demanda atendida, com base nas Ordens de Serviço efetivamente executadas e devidamente atestadas pelo Fiscal do Contrato.

7.2 Somente serão passíveis de medição e pagamento os serviços efetivamente executados, em conformidade com os valores unitários registrados na Ata de Registro de Preços.

7.3 Para fins de medição, a contratada deverá apresentar:

- Ordem de Serviço assinada;
- relatório técnico detalhado por equipamento;
- discriminação dos serviços executados e materiais fornecidos.

8. REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

8.1 Os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

8.2 Eventual pedido de revisão de preços deverá ser formalmente justificado, devidamente comprovado e analisado pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/21.

9. FISCALIZAÇÃO

9.1 A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo DAAE, a quem caberá:

- emitir Ordens de Serviço;
- atestar a execução dos serviços;
- validar medições e relatórios técnicos.

9.2 A fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades técnicas, legais e contratuais.

10. PENALIDADES

10.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/21, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.2 Sem prejuízo das sanções legais, poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa, calculada sobre o valor da Ordem de Serviço inadimplida;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade, quando couber.

10.3 A aplicação de penalidades não exime a contratada da obrigação de reparar eventuais danos causados à Administração.

11. RESCISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1 O registro de preços poderá ser cancelado, total ou parcialmente, nas hipóteses previstas na legislação vigente, por razões de interesse público devidamente justificadas.

11.2 O cancelamento da Ata não gera direito à indenização por expectativa de contratação.

12 – LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1.1 – Os serviços serão prestados nos endereços e locais previstos no Anexo IV (Locais e equipamentos).

12.1.2 – Os serviços serão prestados no horário comercial, mediante prévio agendamento com o fiscal do contrato.

13 – MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

13.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, responsabilizando-se por sua substituição quando necessário.

14 – UNIFORMES

14.1 - Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

15. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

15.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. “preferencialmente por meios formais”

15.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

16 – PREPOSTO

16.1.1 – O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contrato.

16.1.2 – O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período contratual*.

16.1.3 – O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

17 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1.1 – A gestão e fiscalização do respectivo contrato serão realizadas pelos seguintes servidores:

. FISCAL DO CONTRATO: Cícero da Costa Rocha – MATRÍCULA Nº 845 – nomeado pela Divisão de Eficiência Energética e Mecânica,

. GESTOR DO CONTRATO: Elisandro Pereira Silva – MATRÍCULA Nº 1273 – Chefe da Divisão de Eficiência energética e Mecânica.

17.1.2 – No caso de ausência dos servidores designados no item acima, ficam designados os servidores como substitutos:

. FISCAL DO CONTRATO: Alex Barbosa Camilo – MATRÍCULA Nº 1880 – nomeado pela Divisão de Eficiência Energética e Mecânica,

. GESTOR DO CONTRATO: Júlia Scrochio Rudge Furtado – MATRÍCULA Nº 1682 – Chefe da Subdivisão Manutenção Mecânica.

17.1.3 – CABE AO FISCAL DO CONTRATO:

- Acompanhar a execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para saná-la;
- Informar ao gestor, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência;
- Comunicar imediatamente ao gestor ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas;
- Comunicar ao gestor o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à adoção de providências cabíveis;
- Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como acompanhar o empenho, pagamento, eventuais glosas e formalização de apostilamentos e termos aditivos;
- Solicitar, quando necessário, documentos comprobatórios relacionados à execução contratual;
- Atuar tempestivamente na solução de eventuais descumprimentos contratuais, reportando ao gestor quando ultrapassar sua competência;
- Verificar, quando necessário e nos termos da legislação vigente, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, sem prejuízo das responsabilidades exclusivas desta quanto aos encargos decorrentes da execução do contrato.

17.2 – CABE AO GESTOR DO CONTRATO:

- Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução, tais como ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais;
- Acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato e as medidas adotadas;
- Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho e pagamento;
- Emitir documento comprobatório da avaliação do cumprimento das obrigações contratuais;
- Adotar providências para instauração de processo administrativo de responsabilização, quando necessário;
- Elaborar relatório final sobre a execução do contrato;
- Encaminhar a documentação pertinente para liquidação e pagamento.

18. PAGAMENTO

18.1 – Os preços são irrevogáveis por um período de 12 (doze) meses, e incluem todas as taxas ou despesas adicionais, tais como transporte, carga, descarga de equipamentos, funcionários, e demais despesas. Qualquer item não mencionado será considerado como incluído nos preços propostos.

18.2 - Nos preços propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: mão de obra especializada, materiais, equipamentos, encargos, leis sociais, BDI, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação dos serviços, objeto desta licitação.

18.3 - Em caso de renovação contratual, o índice a ser aplicado para o reajuste contratual será o IPCA/IBGE acumulado no período.

18.4 - A Nota Fiscal Eletrônica/Fatura deverá ser emitida em nome da Licitante Vencedora e acompanhar a execução do material, destacando em seu corpo o número de contrato/empenho, a modalidade licitatória e o número da licitação.

18.5 – A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser encaminhada para os seguintes e-mails: gmem@daaeararaquara.com.br / gadm@daaeararaquara.com.br / ume@daaeararaquara.com.br / nfe@daaeararaquara.com.br

18.6 - Também vinculada à fatura, a licitante vencedora deverá destacar no corpo da Nota Fiscal as seguintes retenções: **ISSQN, INSS e IRPJ**, quando estas forem obrigatórias. Em caso negativo, a licitante vencedora deverá apresentar declaração formal de que é beneficiária de tais isenções.

18.6.1 - Serão realizadas retenções conforme legislação:

- a) INSS: conforme Lei nº 8.212/1991 e IN RFB nº 2.110/2022;
- b) ISS: conforme Lei Complementar nº 116/2003;
- c) Tributos federais conforme legislação vigente.

18.7 – Os pagamentos serão efetuados no 5º (quinto) dia útil após a aprovação da Nota Fiscal/Fatura pelo Ordenador de Despesas.

18.8 – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, devendo a licitante vencedora informar o número do banco, da agência e da conta bancária, ou através de banco credenciado.

18.9 – Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas relativas à execução do presente Contrato, cabendo ao CONTRATANTE exclusivamente o pagamento da importância contratada.

18.10 – No caso de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da contratante, sendo este superior a 30 (trinta) dias, o valor devido será corrigido com base na variação do IPCA/IBGE.

18.11 - Os preços propostos deverão contemplar integralmente todos os custos diretos e indiretos, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, transporte, tratamento de óleo com termo-vácuo, substituição de componentes em kit completo e demais exigências previstas neste Termo de Referência e em seu Apêndice I, não sendo admitidas cobranças adicionais

19. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2 - Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

19.3 – Dos tipos de multa:

- a) **MORATÓRIA:** Pelo atraso injustificado, a critério da Administração, na execução do contrato/ata, a multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia até 30 (trinta) dias e 0,4% pelo que exceder a 30 dias até 60 (sessenta) dias, calculados sobre o valor do contrato/ata.
- b) **COMPENSATÓRIA:** Pela inexecução total ou parcial do contrato/ata, a multa será de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida do contrato/ata.

19.4 - A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

19.5 - Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

19.6 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

19.8 - A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.9 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.9.1 - Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

19.9.2 - Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

19.10 - Na aplicação das sanções serão considerados:

19.10.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

19.10.2 - as peculiaridades do caso concreto;

19.10.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.10.4 - os danos que dela provierem para o Contratante; e

19.10.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.11 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definido na referida Lei.

19.12 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.13 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade na relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

19.14 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

20.1 – O Fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

20.2 - REGIME DE EXECUÇÃO

20.2.1 – O regime de execução do objeto será de *fornecimento e prestação de serviços associado*.

20.3 – O valor estimado da presente contratação é de R\$ 2.335.480,00 (dois milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais).

20.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.4.1 – Registro ou Inscrição da Empresa

A licitante deverá comprovar registro ou inscrição vigente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho competente, da região da sede da empresa, compatível com o objeto da licitação.

20.4.2 – Habilitação Técnica Operacional

Para a comprovação da habilitação técnica operacional, a licitante deverá apresentar 01 (um) ou mais atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho competente quando exigido, que comprove(m) o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

Os atestados deverão demonstrar a execução de serviços com características semelhantes, correspondentes a, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** do quantitativo do objeto licitado, admitindo-se a somatória de atestados, inclusive concomitantes.

20.4.2.1 – Parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:

- a) Execução de serviços de **manutenção corretiva e preventiva em transformadores de potência**, incluindo diagnóstico, desmontagem, reparo e recomissionamento;
- b) Realização de **ensaios elétricos em transformadores**, tais como resistência de isolamento, relação de transformação, resistência ôhmica dos enrolamentos e fator de potência (tangente delta);
- c) Execução de **tratamento, filtragem e regeneração de óleo isolante mineral**;
- d) Serviços de **instalação, retirada, transporte e substituição de transformadores de potência**, com potências iguais ou superiores a 112,5 kVA;
- e) Execução de serviços em **transformadores a seco**, incluindo manutenção, inspeção e ensaios elétricos;
- f) **Locação de transformadores de potência a óleo**, com fornecimento, instalação e suporte operacional.

20.4.3 – Habilitação Técnica Profissional

A licitante deverá comprovar possuir, em seu quadro permanente na data da entrega da proposta, profissional(is) de nível superior ou técnico devidamente registrado(s) no Conselho competente, detentor(es) de **Atestado(s) de Responsabilidade Técnica – ART**, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT), quando exigido, que comprovem a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação.

20.4.3.1 – Parcelas de maior relevância técnica:

- a) Responsabilidade técnica por serviços de **manutenção em transformadores de potência**, incluindo diagnóstico, reparo e recomissionamento;
- b) Responsabilidade técnica pela execução de **ensaios elétricos em transformadores**;
- c) Responsabilidade técnica por serviços de **tratamento e regeneração de óleo isolante**;
- d) Responsabilidade técnica pela **instalação, substituição e comissionamento de transformadores de potência**, com potências iguais ou superiores a 112,5 kVA;
- e) Responsabilidade técnica por serviços em **transformadores a seco**.

20.5 – DO JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

O julgamento da licitação será realizado pelo MENOR PREÇO GLOBAL, considerando o conjunto de todos os itens/lotos constantes deste Termo de Referência.

A adjudicação será feita de forma global, sendo declarada vencedora uma única empresa, não sendo admitida a divisão do objeto entre múltiplos fornecedores.

Tal exigência justifica-se pela necessidade de padronização dos serviços, garantia de responsabilidade técnica única, otimização da gestão contratual e maior eficiência operacional, evitando a fragmentação da execução e possíveis conflitos de responsabilidade.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante;
- b) Será admitida a somatória de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica;
- c) Os documentos deverão estar em nome da licitante e/ou do(s) profissional(is) indicado(s);
- d) A Administração poderá promover diligências para verificação da veracidade das informações apresentadas;
- e) Não será exigida comprovação de vínculo empregatício exclusivo, em conformidade com a legislação vigente.

21.1 – As informações contidas neste Termo de Referência **não** são classificadas como sigilosas.

22. DOS ANEXOS

22.1 – Anexo I – Termo de Referência;

22.2 - Apêndice I – Temo de Referencia (regras técnicas detalhadas)

22.3 – Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

22.4 – Anexo II – Planilha de Composição de Preços;

22.5 – Anexo III – Planilha Estimativa de Preços;

22.6 – Anexo IV – Descrição dos locais e equipamentos;

22.7 – Anexo V - Análise de risco.

22.8 – Anexo VI – P30

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, 17 DE ABRIL DE 2026.

Cícero da Costa Rocha
Responsável pela Elaboração do
Termo de Referência

Elisandro Pereira Silva
Responsável pela Aprovação do
Termo de Referência